



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/07/2016 - Telesíntese

# TCU aprova, com ressalvas, leilão de 700 MHz

**TCU decide analisar em processo separado aditivos que modificaram pagamento dos custos de limpeza de faixa e recebimento das parcelas da licitação.**

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou as contas e o processo de leilão das frequências de 700 MHz, realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Segundo o tribunal, "não se identificou qualquer afronta às normas ou aos princípios gerais que regem a licitação".

Mesmo assim, fez ressalvas quanto ao descumprimento de prazos legais, por parte da agência, quanto a encaminhamento de comunicações, esclarecimentos e impugnações a respeito do edital e assinatura de termos de autorização das outorgas. Também questionou a formulação de aditivos que modificaram a alteração de cláusulas do edital.

Entre os aditivos estão a postergação dos gastos de limpeza da faixa, que haviam sido previstos inicialmente

para serem quitados em 2016, mas que ocorrerão apenas em 2017; e o atraso na liberação das faixas para uso das concessionárias, "que adiou o recebimento de receitas por essas empresas". O TCU de-

terminou análise aprofundada dessas questões, em processo separado.

No que se refere ao descumprimento de prazos, o tribunal decidiu emitir um alerta para a agência. "Cumpra salientar a importância do prazo mínimo de 45 dias que deve transcorrer entre a homologação do resultado do certame e a assinatura dos contratos. O citado intervalo permite uma análise prévia das peças processuais, de modo que eventuais inconformidades identificadas sejam corrigidas antes da celebração das avenças. Desse modo, é necessário dar ciência à agência sobre o citado descumprimento", diz a análise do TCU.

O relator foi o juiz Benjamin Zymler. A decisão foi aprovada em plenário na última quarta-feira, 06. O texto lembra, ainda, que o valor final angariado pela Anatel foi de R\$ 5,22 bilhões, ou, R\$ 627,5 milhões a menos que o preço ofertado (R\$ 5,85 bilhões) após pedidos de reconsideração das operadoras vencedoras.

11/07/2016 - Convergência Digital

# Consultorias e escritórios de advocacia disputam administração judicial da Oi

O escritório Alvarez & Marsal e as empresas de auditoria independente PricewaterhouseCoopers e Deloitte & Touche estão disputando mandato para administrar o grupo de telecomunicações Oi, que pediu recuperação judicial, segundo reportagem da Agência Reuters. As inscrições para a função podem ser feitas até esta segunda-feira, 11, na Anatel.

De acordo com a Agência Reuters, a Alvarez & Marsal apresentou proposta formal à Anatel nesta sexta-feira, 08/07, e o regulador registrou o recebimento, disse uma terceira fonte com conhecimento direto do assunto. O calendário das propostas da Price e da Deloitte não ficou clara.

A Price tem pouca experiência com serviços de administração judicial no Brasil. Mas "um caso como a Oi poderia ser uma boa oportunidade para estreitar", disse uma das fontes. A KPMG também pode concorrer pelo mandato, mas fez

auditoria externa para a Oi, o que as fontes disseram que pode significar um conflito de interesses.

A Deloitte atuou como auditora externa da Portugal Telecom SGPS, que se fundiu em 2013 com a Oi. A Deloitte foi depois substituída pela KPMG, segundo documentos da Portugal Telecom. Um administrador nomeado para gerir a recuperação judicial tem o direito a uma taxa equivalente a até 5% da dívida a ser reestruturada sob a lei de falências. O trabalho é processar e organizar as informações do caso para o juiz.

Dada a escala sem precedentes do caso Oi, tem havido especulação de que o juiz Fernando Viana, que coordena o caso, possa nomear dois tribunais administradores, disseram as fontes. Segundo ainda a Agência Reuters, a Alvarez, Price, Deloitte e KPMG se recusaram a fazer comentários.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/07/2016 - Convergência Digital

# Cresce o volume de ameaças escondidas no tráfego criptografado

A Blue Coat Systems – especializada em soluções de segurança corporativa – anuncia pesquisa que alerta para as vulnerabilidades do tráfego SSL. Levantamento feito em seu Labs no primeiro semestre de 2016 detectou que aumentou 58 vezes o número de famílias de malwares desenvolvidas para tráfego SSL.

Para Marcos de Oliveira, country manager da Blue Coat Brasil, índices como esses confirmam tendências que já haviam sido identificadas pelo Gartner, que alertou o mercado para o fato de que o tráfego SSL (Secure Sockets Layer) e seu sucessor TLS (Transport Layer Security) recebe, em média, 50% das novas ameaças digitais.

“Enquanto o Gartner indica que o tráfego criptografado cresce 20% ao ano, o uso deste ambiente para distribuição de malware avança de forma ainda mais acelerada”. Entre as famílias de malware usando o SSL estão o ShyLock, Zeus, Dridex e Upatre.

Fatos como estes tornam o tráfego SSL um espaço aberto a violações que facilitam a penetração de APT (ameaças persistentes avançadas) nos sistemas corporativos.

### Descriptografia

Para que o CSO (Chief Security Officer) consiga discernir o joio do trigo no tráfego SSL, é necessário contar com soluções capazes de descriptografar o tráfego SSL/TLS sem prejudicar o desempenho da infraestrutura da corporação usuária. “Algumas soluções chegam a derrubar a performance do ambiente em até 80%”, alerta Oliveira. “É comum, ainda, que tecnologias menos atualizadas só consigam examinar o tráfego Web/HTTPS, demandando outros recursos para conseguir enxergar ameaças ocultas em componentes SMTPS, IMAPS, FTPS, LDAPS, etc.”

Outro critério a ser seguido na hora de escolher a solução ETM (Encrypted Traffic Management), oferta de gerenciamento de tráfego encriptado, é checar se a tecnologia consegue preservar a privacidade do usuário enquanto identifica e combate ameaças ocultas.

Marcos de Oliveira, da Blue Coat Brasil, indica possibilidades para adicionar visibilidade ao tráfego SSL/TLS:

- Efetuar um assessment. Para isso, é necessário avaliar o volume de tráfego SSL na sua empresa (tipicamente, de 35 a 45% do tráfego de rede está criptografado), incluindo analisar o mix de tipos de tráfego, volume atual e aumento projetado.
  - Avaliar o risco de tráfego não inspecionado. Além de malware que chega à empresa, examinar que tipos de dados correm risco sob os pontos de vista de segurança (exfiltração) e privacidade. Compartilhar as visões entre os departamentos de TI, segurança, RH e jurídico, entre outras áreas de negócios.
  - Criar um plano de ação. Examinar as políticas de “uso aceitável” por funcionários, exigências de privacidade e regulamentações de conformidade. A partir daí, criar políticas formais de controle e gestão de tráfego criptografado baseadas em tipos de tráfego, origem, e outras vulnerabilidades de segurança e privacidade.
  - Aplicar um controle detalhado (granular) de políticas de segurança. Para isso, é importante identificar, inspecionar e descriptografar seletivamente o tráfego SSL baseado na web segundo as políticas adotadas pela empresa. Os dados descriptografados poderão, então, ser processados pelas ferramentas de segurança já presentes, como antivírus para rede, soluções de proteção contra ameaças avançadas, prevenção contra perda de dados (DLP) e outras.
  - Monitorar, refinar e aplicar. Tarefas que devem acontecer constantemente, verificam se o tráfego SSL que entra na empresa segue as corporativas de privacidade e segurança.
- “O uso da correta combinação de serviços e soluções de monitoração do tráfego encriptado ajudará o CSO a explorar as vantagens da criptografia sem o ambiente SSL/TLS seja usado de maneira espúria para ataques e invasões dos sistemas corporativos”, resume Oliveira.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/07/2016 - Convergência Digital

# TIM fecha call centers e demite 1600 empregados

A TIM encerrou nesta sexta-feira, 08/07, os call centers localizados em Curitiba (PR) e no Recife (PE). Com o fim da operação paranaense, 500 funcionários foram desligados. Na capital pernambucana, a projeção de demitidos chega a 1,1 mil. Em comunicado, a TIM garante que o serviço ao consumidor não será prejudicado, uma vez que houve a terceirização das atividades. Foram selecionadas as empresas AeC, AlmavivA e TMKT.

O fim das atividades do centro de atendimento constava dos planos de eficiência da empresa, que preveem economia de R\$ 1 bilhão até 2017. As demissões foram negociadas com o sindicato dos trabalhadores do setor, e a operadora vai arcar com

plano de saúde por mais seis meses, indenizações como auxílio-creche e auxílio para pais de filhos com deficiência e um plano de suporte ao colaborador. No informe, a TIM comunica que as do Rio de Janeiro e de Santo André, em São Paulo, seguem sob a tutela da operadora.

“ A reorganização segue as diretrizes do Plano de Eficiência da TIM, que contempla todas as suas áreas e prevê eficiências acumuladas de R\$ 1 bilhão de reais até 2017. As mudanças de processos e redistribuição de atividades de forma estratégica permitem manter o foco da companhia em serviços e infraestrutura”, completa a TIM.

### O Portal Convergência Digital publica a íntegra da nota oficial da TIM.

A TIM realiza uma reorganização em suas atividades de atendimento ao consumidor com objetivo de garantir uma melhor sinergia entre suas operações e o fornecimento de serviços e infraestrutura de alta qualidade. A partir de 8 de julho, empresas reconhecidas por sua experiência no mercado ampliarão suas atuações no teleatendimento ao cliente e continuarão seguindo um rígido padrão de controle e desempenho acompanhados de perto pela TIM.

Todo o processo foi conduzido com a máxima responsabilidade perante nossos funcionários, em diálogo contínuo com os sindicatos, incluindo a oferta de um pacote diferenciado de suporte aos colaboradores impactados, que inclui extensão do plano de saúde por seis meses, indenizações adicionais (incluindo auxílio-creche e auxílio filho portador de deficiência) e um plano de suporte ao colaborador. Tais benefícios já podem ser considerados referência no setor.

Além das novas frentes de atendimento, a companhia mantém suas unidades call centers próprios no Rio de Janeiro e em Santo André, resultando em um melhor mix capaz de suprir a demanda de atendimentos de seus clientes, a exemplo das melhores práticas adotadas pelo setor. A reorganização segue as diretrizes do Plano de Eficiência da TIM, que contempla todas as suas áreas e prevê eficiências acumuladas de R\$ 1 bilhão de reais até 2017. As mudanças de processos e redistribuição de atividades de forma estratégica permitem manter o foco da companhia em serviços e infraestrutura que trazem mais competitividade e formas inovadoras de comunicação para toda a população.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/07/2016 - RBA

# Crescimento econômico e desigualdade social na federação

**Diferenças no comportamento econômico e na repartição da renda entre os estados sugerem a adoção de políticas governamentais que podem justificar resultados mais favoráveis do que outros**

No início da segunda década do século 21, o Brasil revela a existência de três dinâmicas econômicas distintas no interior do conjunto das 27 unidades da federação. O comportamento diferenciado no desempenho econômico não coincide, por sua vez, com o comportamento da desigualdade na distribuição da renda.

O bloco dos estados da federação com maior expansão econômica, cujo crescimento da renda por habitante foi superior a 3,6%, em média, nos anos de 2010 e 2013, responde apenas por ¼ do total da população brasileira e menos de 15% do valor do Produto Interno Bruto do país.

Apenas sete estados fazem parte do grupo de melhor desempenho econômico, como no caso do Amapá, Pernambuco, Paraná, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Destes, apenas Amapá, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso registraram queda no índice Gini da desigualdade de renda acima de -1,6% ao ano, ao contrário do Pará, Maranhão e Mato Grosso do Sul que combinaram crescimento maior da economia com baixa diminuição na desigualdade de renda.

No bloco dos estados com crescimento econômico intermediário, cuja expansão da renda por habitante variou de 2010 a 2013 como média anual entre 1,3 e 3,1%, encontra-se a parcela de 43,2% da população brasileira que representa 39,2% do Produto Interno Bruto nacional. Ao todo são 12 estados (Acre, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Santa Catarina, Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) com crescimento econômico intermediário no país.

Destes estados, somente sete (Acre, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Santa Catarina e Goiás) conseguiram aliar crescimento econômico intermediário com queda mais acentuada no grau de desigualdade na distribuição da renda. Isto é, queda no índice Gini de desigualdade da renda variando entre -1,7% e -2,6% ao ano, em média entre 2010 e 2013.

Os estados de Tocantins e Rio de Janeiro regis-

tram queda no grau de desigualdade da renda quase insignificante -0,3 e -0,6% como média no período de tempo considerado, respectivamente. Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul permaneceram em situação intermediária entre os dois extremos de desempenho da distribuição de renda.

Por fim, no terceiro bloco de estados da federação que concentra 36,1% da população e 46,3% do total do Produto Interno Bruto constatou-se o pior desempenho econômico. Para os oito estados situados nesta condição (Sergipe, Amazonas, Roraima, Bahia, São Paulo, Rondônia e Espírito Santo), apenas quatro conseguiram apresentar crescimento positivo da renda por habitante entre os anos de 2010 e 2013 (Sergipe, Amazonas, Roraima e Espírito Santo), uma vez que Rondônia, Distrito Federal e Bahia decresceram o PIB per capita e São Paulo manteve estagnada a renda por habitante no período considerado.

Ainda para este conjunto de estados com pior desempenho econômico, identificou-se comportamento diferenciado em relação à desigualdade na distribuição de renda. Somente Sergipe registrou queda acentuada no índice de Gini no período analisado.

Na sequência, três estados (Rondônia, Distrito Federal e Espírito Santo) tiveram queda intermediária no grau de desigualdade de renda. Dos quatro estados restantes (São Paulo, Bahia, Roraima e Amazonas), destacam-se São Paulo e Amazonas que tiveram aumentos no índice de desigualdade de renda entre os anos de 2010 e 2013.

Em síntese, percebe-se que enquanto o conjunto do Brasil elevou a renda per capita em 2,3% em média ao ano e reduziu o grau de desigualdade na repartição da renda no período de 2010 e 2013 em 1% com média anual, os estados da federação apresentaram desempenhos muito distintos entre si. Essas diferenças no comportamento econômico e na repartição da renda sugerem a adoção de políticas governamentais nos estados da federação que podem justificar resultados mais favoráveis do que outros.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/07/2016 - Vermelho

# Como garantir a diversidade e o respeito aos direitos humanos na Internet?

Nesta segunda-feira (11) começa o Fórum da Internet no Brasil em Porto Alegre, evento que reúne pessoas do país inteiro para discutir os desafios técnicos e políticos da rede. Em meio a tantos episódios de ódio e preconceito disseminados nas redes sociais, a garantia de um ambiente de respeito aos direitos humanos e a diversidade é um tema urgente a ser tratado.

A rede possibilita ferramentas inovadoras para o engajamento sobre direitos civis, mas infelizmente também tem o mesmo poder para disseminar mensagens ofensivas, discriminatórias e que incitam a intolerância.

Segundo pesquisa realizada na Inglaterra pela Dith the Label, mais de 70% dos jovens já foram alvo de cyberbullying, ou seja, agressões ou ofensas na rede. Já entre usuários do Facebook, mais da metade relatam que já vivenciaram esse tipo de agressão. É um termômetro do tamanho do problema que precisamos enfrentar, sem transformar a rede num espaço policial, nem tampouco num lugar de impunidade.

Aqui no Brasil vimos casos bastante exemplares nos últimos meses, como o ataque em massa ao perfil da atriz Taís Araújo com conteúdos racistas, o vazamento de imagens do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro ou ainda o caso ocorrido em Encantado, no Rio Grande do Sul, em que fotos e vídeos de meninas menores de idade circularam em grupos de WhatsApp.

A rede foi o instrumento do crime e também a plataforma de manifestação e apoio às vítimas. Se os casos não tivessem ganhado notoriedade talvez ficassem obscurecidos e dificilmente os algozes seriam investigados.

Foi nesse contexto que neste ano surgiram diversas propostas para alteração do Marco Civil da Internet com o objetivo de permitir o acesso aos dados cadastrais dos usuários da rede sem ordem judicial. Esta estratégia já foi amplamente discutida durante os sete anos de tramitação da lei que hoje é reconhecida mundialmente e recomendada pela ONU. Neste ponto acreditamos que remédios não vão estancar os crimes que ocorrem todos os dias na rede. A lei já define os direitos e responsabilidades dos diversos atores na rede. Em vez de remédio pode funcionar como

veneno, trazendo insegurança, desequilíbrio jurídico e abuso de poder.

A questão é dar um passo adiante, permitindo que a Internet continue aberta, democrática mas com respeito aos direitos humanos.

Para investigar os cibercrimes, em vários Estados foram criadas delegacias especializadas em investigação de cibercrimes justamente para que os crimes ocorridos na Internet possam ser tratados por equipes especializadas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existe a Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCI). Isso tem se mostrado realmente eficiente para casos de crimes sexuais e contra o patrimônio.

No entanto, há uma lacuna quando se trata de crimes contra os direitos humanos. A não ser que você seja uma personalidade ou uma pessoa famosa, denunciar um crime de ódio, preconceito ou ameaça na rede pode ser mais difícil do que se imagina. Para que as pessoas comuns possam ter a mesma atenção é mais que necessária uma delegacia especializada em direitos humanos na Internet, que possa tratar dos crimes deste tipo na rede, sem atalhar os caminhos necessários para uma investigação criminal e sem tratar isso como um crime menor.

Não é preciso dar mais poder ao delegado como propõem algumas propostas de lei, apenas ter uma estrutura que acolha e responda a este tipo de problema, a exemplo do que ocorre com a delegacia da mulher. A delegacia nem precisa ser física, ela pode ser online e permitir um acesso facilitado.

Ou seja, a solução não é culpabilizar a rede, criando legislações cada vez mais punitivas e que acabem por ferir outros direitos. Para que os crimes sejam denunciados, investigados e os culpados punidos é preciso existir um espaço que tenha condições de receber este tipo de denúncia. Isso não implica necessariamente em mais gasto, mas em melhor planejamento para combater os crimes que acontecem na rede e afetam a vida concreta das pessoas. Assim poderemos garantir uma Internet com mais diversidade e com mais respeito, podendo exercer o principal direito humano que a rede proporciona, o direito de liberdade de expressão.